

# Sustentabilidade não é opção, mas sim obrigação!

# E



*Elvira Fortunato*  
CIENTISTA

Este tipo de pergunta é muito difícil de responder pois, de forma exata, não há ninguém que possa prever o futuro. Podemos, sim, e com base em estudos científicos, fazer projeções tendo por base a história passada, mas há uma coisa que não podemos ignorar: a sustentabilidade do planeta que temos e devemos preservar!

A preocupação com a sustentabilidade do nosso planeta e com todos os problemas que acabam por lhe estar associados, que vão desde as alterações climáticas às necessidades de termos mais e melhor água, alimentos e, para tudo isto, uma energia ecossustentável, não é um tema novo. Já em 2015, na ONU, 150 líderes mundiais adotaram uma agenda a ser implementada até 2030 com 17 objetivos concretos de desenvolvimento sustentável. Além disso,

na conferência das Nações Unidas sobre o clima (COP21) realizada em Paris nos finais de 2015, foi assinado um acordo por 195 países, incluindo a União Europeia, em que um dos pontos principais é manter o aumento da temperatura média global “abaixo dos 2 graus centígrados” e continuar a envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 graus centígrados.

Este objetivo visa uma diminuição drástica das emissões de gases com efeito de estufa, através de medidas de poupança de energia e de mais investimentos em energias alternativas, em particular nas de origem renovável.

Além disso, pretende-se também que nos processos de desenvolvimento tecnológico tentemos mimetizar a natureza, isto é, reduzir a utilização de materiais e centrar todo o nosso desenvolvimento usando materiais e tecnologias verdes, amigas do ambiente, o que nos vai decerto levar a desenhar e produzir novos materiais capazes de satisfazerem as nossas necessidades de dar conforto e bem-estar aos cidadãos e, simultaneamente, as condições de ecossustentabilidade. Isto é, que se comportem como “autênticos seres vivos” capazes de realizar funções complexas!

Para além de todas estas iniciativas a nível mundial e das nossas esperanças de criar e desenhar um futuro melhor para todos nós, a Comissão Europeia também está atenta a estes problemas, através do seu grupo de conselheiros científicos. Este grupo, no âmbito da comissão de alto nível de apoio à Comissão Europeia, tem trabalhado em várias opiniões com reco-

mendações concretas, baseadas na evidência científica, em conjunto com as cinco associações de academias europeias que envolvem mais de cem academias em mais de 40 países da Europa, abrangendo as disciplinas de engenharia, humanidades, medicina, ciências naturais e ciências sociais.

Um dos principais estudos efetuados teve a ver com as emissões reais de CO2 de veículos ligeiros, que foi utilizada para a nova legislação que define as normas de desempenho em matéria de emissões dos automóveis novos de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros novos como parte da abordagem integrada da União para reduzir as emissões de CO2 dos veículos ligeiros.

Além deste estudo, e ainda na área das emissões de CO2, um outro que foi efetuado visou a captura e utilização de CO2, nomeadamente para o fabrico de novos materiais e produtos.

Muito embora existam situações em que vai ser difícil a eliminação das emissões de CO2 (caso da aviação e transportes marítimos neste horizonte temporal de dez anos, que condicionaria de forma grave os processos de mobilidade de pessoas, bens e produtos neste mundo que cada vez se quer mais global), há outras alternativas em que o CO2 pode ser encarado não como um inimigo, mas como um amigo, e isso só é possível com mais investigação e desenvolvimento tecnológico. Isto é, ninguém vai deixar de andar de avião mesmo sabendo que é uma fonte de poluição! Temos também de arranjar alternativas que promovam um bom aproveitamento dos materiais poluentes e que estes também possam ser utilizados de forma sustentável! Para isso temos de nos apoiar no espírito criativo de homens e mulheres que seguramente irão gerar as condições de que necessitamos para mantermos e promovermos de forma sustentável este planeta, que é único! Não existe alternativa e, portanto, não podemos falhar!

Espero, assim, que nos próximos dez anos exista uma maior consciência por parte da sociedade no seu todo e, em particular, do poder político para criar as condições que nos permitam dar os passos disruptivos de que precisamos. Para isso é necessário que se cumpra o objetivo de se aumentar o investimento na área da ciência e tecnologia, de forma a chegar-se a 3% do PIB em 2030. Caso contrário, não conseguiremos atingir as metas definidas e poderemos atingir uma situação de irreversibilidade. Lembrem-se que não existe segunda oportunidade para os erros que cometermos agora contra o nosso planeta!



## Para onde vai o país

### Despesas com saúde vão aumentar

O envelhecimento e o progresso tecnológico vão pressionar a despesa pública com saúde. Um estudo da OCDE estimou um acréscimo de 0,4% do PIB à conta do efeito demográfico entre a

média de 2006/2010 e 2030, duplicando em 2060. Por exemplo, com a idade aumenta o risco de cancro, causa de morte de um quarto dos portugueses (25%). A percentagem subiu cinco pontos desde o ano 2000. Estima-se que em 2050

metade da população terá um cancro ao longo da vida. A despesa pública em saúde situou-se em 2017 em 4,5% do PIB, abaixo da média da OCDE. Em contrapartida, os portugueses são dos europeus que assumem mais encargos com saúde do seu

próprio bolso – os pagamentos diretos das famílias representam 28% (a média europeia é 15%). Este indicador é visto como um barómetro da equidade no acesso à saúde e Portugal fica mal na fotografia. Em 2019 assinalam-se os 40 anos do

SNS, com a discussão centrada na revisão da lei de bases da saúde e o fim das parcerias público-privadas e das taxas moderadoras em atos pedidos por médicos. Não há para já acordo nem uma meta de financiamento para os próximos anos.

# O país daqui a 10 anos?

**P**



Bagão Félix  
ECONOMISTA

Portugal daqui a dez anos? Como agora, sabemos que à incerteza e ao risco se juntam, cada vez mais, caminhos erráticos de imprevisibilidade.

O que mais me preocupa é o egoísmo geracional que medra na sociedade, o relativismo ético que faz germinar a indiferença e igualiza moralmente meios e fins, e a política que se faz numa estrita lógica do dia seguinte, determinada taticamente pelas sondagens, likes e redes sociais do instantâneo.

Neste contexto emerge desmesuradamente a “ditadura” das novas idolatrias: o consumismo, o subjetivismo e o individualismo, ao mesmo tempo que continuamos a conviver com a indigência, exploração, relativização da vida, solidão, violência. Claro que estamos diante de progressos materiais e tecnológicos assinaláveis, mas quantas vezes, ao lado desse progresso, vamos deparando com um acréscimo de aridez espiritual e de atrofiamento ético. Têm-se desenvolvido poderosas tecnologias de comunicação, mas vêm desumanizando-se as relações interpessoais e erodindo o sentido de responsabilidade. Aumentou – apesar do discurso recorrente – o dualismo socialmente maniqueísta de uma sociedade bipolarizada entre vencedores e perdedores, cidades e aldeias, litoral e interior, velhos e novos, ricos e pobres. Censura-se a dependência do Estado, mas está sempre a implorar-se a sua proteção. Dá-se mais importância à expressão tecnoestatística da

quantidade do que ao rigor e exemplo da qualidade. Esfuma-se a respeitabilidade da sabedoria e da experiência e acentua-se o culto da esperteza e do arrivismo. Discursa-se pelos pobres, mas protege-se os poderosos. Aprofundam-se os direitos, mas menosprezam-se os deveres.

Apesar deste cenário, vejo a esperança como a virtude para construir o futuro no meio dos obstáculos. A necessidade aguça não direi o engenho, mas exerce uma maior pressão sobre a tomada de medidas estruturais.

Já se perdeu tempo demais nas querelas reais ou fabricadas dos pequenos acontecimentos, logo de seguida descartáveis. É tempo de enfrentar com coragem, espírito público, lucidez, rigor e prestação de contas as questões verdadeiramente geracionais. Refiro-me, entre outras, às seguintes áreas: demografia, proteção social, produtividade, ambiente, política fiscal, dívida, poupança, sistema judicial, educação e formação – que, não raro, são hoje apenas consumidas em formas de neocorporativismo endógeno.

E para isso é necessário que as políticas e práticas conducentes ao bem comum consolidem várias condições:

A primeira é a de perceber que o Estado existe para servir a sociedade, e não o inverso.

A segunda é a de alcançarem um efeito geracional, e não se esgotarem na obsessão do imediato, no transitório, na aparência.

A terceira é a de se exprimirem através da verdade, de serviço, de autenticidade e de sensibilidade. Verdade nas análises e factos, autenticidade na ação, sensibilidade na relação.

A quarta é a da constatação de que os meios não se autoalimentam e os fins não se alcançam sem esforço e sem definição corajosa e socialmente relevante de prioridades.

## O MAIOR DESAFIO É O CRESCIMENTO ECONÓMICO

Começando pelo país, a minha maior preocupação é a estabilidade política. Ou seja, receio que nos próximos anos, com a degradação do sistema político e com o surgimento de novos partidos como estão agora a surgir, haja uma certa pulverização partidária e seja muito mais difícil do que tem sido até agora ter estabilidade política. E, sem estabilidade política, o país tem muito mais dificuldade em crescer, ser competitivo e aproximar-se dos níveis europeus. Esta é a minha maior preocupação. O grande desafio e que vejo com alguma confiança é o desafio do crescimento económico. Portugal tem hoje um problema: está a crescer mais do que a média europeia? É verdade. Mas tem o problema sério de que está a crescer menos do que os países que são do nosso campeonato. O que significa que estamos cada vez mais a ficar na cauda quer da União Europeia, quer da zona euro. Penso que o grande desafio que se coloca à próxima década é este desafio do crescimento, de Portugal inverter esta tendência, passar a ter um crescimento ao nível daqueles que são os seus parceiros tradicionais e, com isso, daqui a dez anos estarmos, em termos de ranking europeu, melhor do que estamos hoje. E, com isso, o país ser mais rico, justo e solidário. Vejo também o mundo atual com bastantes preocupações. Tenho mais preocupações do que relativamente a Portugal. Uma delas é o risco do reforço dos populismos. Este é um risco muito sério e que pode agravar-se no futuro. É o risco das guerras comerciais, que criam grande incerteza e instabilidade, perturbando o crescimento económico mundial. É o risco do

recrudescimento de conflitos militares à escala regional em várias regiões do mundo, o que levanta problemas sérios de segurança – e a segurança compromete o crescimento económico. É a preocupação com o facto de o mundo, hoje, já não ser bipolar, mas multipolar. Tem muitos polos e o problema é não haver instâncias, entidades ou organismos à escala global capazes de fazer a regulação deste mundo multipolar. E, finalmente, a questão das alterações climáticas. Sou muito sensível a esta matéria, este é um problema muito sério! Não é nenhuma invenção, como diz o Presidente norte-americano [Donald Trump]. Os exemplos veem-se todos os dias e receio que não haja real vontade política dos governos, sobretudo daqueles que têm maior intervenção nesta matéria, para empreender as medidas que são necessárias para inverter esta escalada do aquecimento global.

**Luís Marques Mendes**  
Ex-líder do PSD, comentador

“O risco do reforço dos populismos é muito sério e pode agravar-se no futuro”



### Quem quer ser professor?

Um relatório da OCDE alertou em 2018 que a classe docente portuguesa é das mais envelhecidas. Só 1% dos professores têm menos de 30 anos, quando a média é de 11% neste escalão etário. Com a diminuição do

número de crianças, a escola portuguesa tem estado a perder alunos. No último ano letivo estavam matriculados 1 624 713 crianças e jovens no ensino público. Em 2009 – ano em que foi aprovada a escolaridade obrigatória de 12 anos – eram mais 278 mil.

### Segurança social sustentável?

Um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos relançou o debate este ano. Aponta para um aumento de 2,7 milhões para 3,3 milhões de pensionistas até 2045, começando então a cair.

Subir a idade de reforma dos atuais 66 anos e cinco meses para 69 anos garantiria a sustentabilidade do sistema para lá de 2038, indica. O ministro Vieira da Silva criticou a conclusão: “De que vale ter um aumento da idade da reforma se a maior parte

das pessoas com essa idade estão no desemprego?” Cavaco Silva estimou que em 2050 a reforma chegue aos 80 anos. E insistiu que a solução para o desafio demográfico do país passa mais pelo apoio à natalidade do que pela imigração.